OS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E O TERRITÓRIO

João Paulo Bessa

Falar de Equipamentos Desportivos e Território e das suas articulações na perspectiva da prática de actividades físico-desportivas é, antes de tudo o mais, relacionar as **pessoas** e os seus direitos com a distribuição de oportunidades que lhes são oferecidas no domínio da **prática desportiva**. Relacionamos assim as populações e os seus interesses desportivos com as possibilidades de acesso, capacidades e valências que os equipamentos lhes podem proporcionar e reconhecemos também os desequilíbrios, por ausência ou acumulação, que daí possam resultar enquanto primeiro passo norteador de possíveis intervenções.

Falamos portanto da responsabilidade e capacidade da sociedade em se organizar e proporcionar respostas às necessidades de equipamentos desportivos de acordo com a ocupação populacional do território e com os interesses e objectivos dos seus habitantes. Falando também dos desequilíbrios que a sua localização, tipologia, desadequação ou utilização podem estabelecer no espaço territorial.

Como lembra Fonseca Ferreira no seu recente “Gestão Estratégica de Cidades e Regiões”, a noção de território tem vindo [e cito] "*a englobar, para além do espaço físico ou geográfico, as vertentes de espaço administrativo, económico, social e preceptivo. Ou seja: actualmente,* ***o conceito de território exprime a entidade suporte, de integração e síntese, de toda a actividade humana*** *[...]"* [fim de citação]. Tratando-se de uma visão mais ampla do ponto de vista social, este conceito chama também a atenção para o forte papel a desempenhar pelas unidades operativas territoriais na definição das respostas a dar e na sua relação com os equilíbrios pretendidos. Relembrando contudo que o Território já não é apenas o espaço que conhecíamos. Hoje, as suas relações, **criadoras de fluxos vários**, estabelecem-se num manancial de ligações que vão desde

as associações inter-municipais, às comunidades urbanas, às grandes áreas metropolitanas ou às regiões nacionais e internacionais e tornam-se suporte de singularidades, do encontro de complementaridades ou da criação de oportunidades.

A distribuição dos **Equipamentos Desportivos no Território** pode equilibrar-se com recurso a um modelo de quatro níveis de redes **sobrepostas mas não interpenetráveis** e que se desenvolvem segundo propósitos, dimensões e escalas territoriais diferentes:

- A rede de **Equipamentos Desportivos de Espectáculo** que, como o nome indica, se destina a cobrir as necessidades territoriais de espectáculos desportivos articula-se ao nível nacional, mantendo relações pontuais no âmbito superior do nível ibérico, europeu ou mesmo mundial;
- A rede de **Equipamentos Desportivos Especializados** comporta o campo das modalidades com exigências funcionais particulares e cuja articulação se estabelece em moldes nacionais e, eventualmente, transfronteiriços de proximidade;
- A rede de **Equipamentos Desportivos de Base** constituída pelos equipamentos fundamentais das práticas desportiva e de actividades físico-desportivas, destinam-se à formação, treino e prática desportiva e articulação entre si ao nível das unidades operativas territoriais de dimensão municipal, intermunicipal ou regional;

E num último nível, mais próximo e mais fino, mas não de menor importância:

- A rede de **Equipamentos Desportivos Informais de Proximidade** formada pelos espaços destinados a actividades físico-desportivas de utilização informal e tão livre quanto possível e que tem a sua escala de intervenção e articulação ao nível das unidades de vizinhança do território dos agregados populacionais.

...

O território não é homogéneo e não pode ser visto e analisado segundo o mesmo prisma. A sua heterogeneidade é por vezes tal que, havendo dificuldades em encontrar as suas relações e os seus pontos comuns, tendemos à facilidade de o tratar como conjunto de **espaços independentes e absolutos**. Esquecendo-nos assim das suas inter-relações e complementaridades que, possibilitando sinergias, podem, tal como nas boas equipas desportivas quando bem organizadas, articuladas e comandadas, constituir **um todo superior à soma das suas partes**.

Algumas das partes territoriais com muita gente, com **elevada densidade populacional como se diz**, colocam exigências naturalmente diferentes de outras áreas de baixa densidade. Mas, seja evidente ou não, inter-relacionam-se em influências mútuas, abrindo caminho à descoberta de complementaridades eficazes mesmo se eventualmente desconhecidas ou, até então, pouco utilizadas.

O **cruzamento deste território de base heterogénea com as diversidades formais e de conteúdos dos equipamentos desportivos**, gera um mundo complexo de interpretações e pesquisas em busca da boa solução. Diferentes tipologias visam diferentes interesses de prática ou de modalidades desportivas. **Diferentes níveis** de uma mesma modalidade exigem **distintas funcionalidades** ou caracterizações espaciais. Ou seja: o que preciso para jogar à bola está muito longe daquilo que preciso para jogar futebol. O que se traduz, **na discrepância de conteúdos**, numa significativa diferença formal: um terrapleno de dimensões variáveis contra um grande campo de jogos; um grande campo de jogos contra um estádio…

Diferença que, pelas marcas que vinca no Território, significa **duas coisas**: que o equilíbrio da cobertura do território por equipamentos desportivos não é **necessária e fisicamente simétrico** e que deve proporcionar-se com as **realidades territoriais existentes** e perspectivas sustentadas futuras.

O que — e muito concretamente — exige que a definição dos equipamentos desportivos a projectar e construir, deve **resultar da análise dos objectivos das actividades desportivas**:

- a quem queremos servir?
- o que queremos fazer?
- e como o queremos fazer?

são assim perguntas essenciais para a definição e projecção territorial dos equipamentos.
Isto é, no fundo e em suma: **que propósito perseguimos?**

A população portuguesa apresenta um elevado grau de **iliteracia** no domínio do desporto e das actividades físico-desportiva. O seu grau de sedentarismo, contabilizado em cerca de 70%, é elevadíssimo e as suas consequências são socialmente graves de um ponto de vista do **desenvolvimento desportivo** e das condições de **saúde pública**.

Por outro lado, o baixo número de atletas federados — 400 mil — também não transforma esta área particular num **espaço nuclear** de atractividade capaz de criar e expandir os valores necessários ao seu papel de motor do desenvolvimento das práticas desportivas. Longe de sermos praticantes, deixamo-nos absorver no remanso de **telespectadores a ver passar** o exercício dos outros. Somos assim, **caracterizamo-nos assim**: poucos atletas e pouquíssimos praticantes.

Devemos então — com o sentido de alterar o estado actual das coisas — **colocar uma questão**: se são necessários espaços de equipamentos de treino e formação para desenvolver o corpo de atletas e modalidades – os designados equipamentos desportivos de base – como **conseguir o equilíbrio necessário** para que a população em geral tenha acesso, gosto e **sinta necessidade** das actividades físico-desportivas?

Ou, por outras palavras: de que **programas, projectos e acções** necessitamos para atingir a meta mínima de **melhorar atletas e aumentar de praticantes**?

A minha experiência na gestão e coordenação da Medida Desporto do III Quadro Comunitário de Apoio diz-me que sem a definição de **uma estratégia de intervenção comum** às diversas áreas e sectores — do território ao associativismo desportivo — não será possível criar rotas seguras para atingir **os propósitos** da acessibilidade generalizada e do equilíbrio territorial sustentado de quaisquer das redes de equipamentos desportivos.

O Desporto por si só, enquanto sector isolado, não irá muito longe. Mas pode ser o **motor** da mudança fomentando as **parecias**, aqui estratégicas, que serão decisivas para o seu desenvolvimento. Juntando da Escola ao mundo do trabalho, passando pelas autarquias, organizações territoriais e associações desportivas. **Procurando e articulando saberes e fazeres.**

Partindo do princípio essencial de que a **Escola**, enquanto **máximo lugar comum** de **todos** os portugueses, será capaz de desenvolver os programas necessários à criação de **hábitos permanentes de prática desportiva**, a que processos devemos lançar mão para estabelecer os padrões que nos garantam a constituição das redes necessárias?

Antes do mais, **perguntando pelo que temos**:

- para que serve?
- em que condições se encontram?
- a quem pertencem?
- como e por quem são utilizados?

Isto é, fazendo **o levantamento** actualizado das existências, condições, usos, frequências e propriedade dos equipamentos desportivos que se espalham no território. E qualificando as redes que formam.

Seja qual for o resultado quantitativo, de um facto estamos certos: **estaremos longe**, muito longe, do objectivo mítico dos 4m2 de área útil desportiva por

habitante, adoptadas desde 1988 de acordo com as recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional de Educação Física e Desporto da UNESCO.

E esta distância que, nas actuais condições de crise financeira do país, parece impossível de transpor, coloca-nos **o primeiro e sério problema a resolver:**

- como vamos decidir — já não sobre o que devemos fazer — **mas sobre o que podemos fazer?**
- como vamos estabelecer as prioridades necessárias e hierarquizar as redes?
- como vamos controlar e coordenar os quatro níveis de redes?

Como decidiremos, com que critérios ou normas:

- **Quem fica com o quê e quem vai prescindir de o ter?**

Conhecidas **as existências**, percebidos os desequilíbrios, há que estabelecer prioridades e definir objectivos como primeiro passo de elaboração da **estratégia** necessária à criação de programas e acções capazes de ampliar no território a **igualdade de oportunidades** e que permitam **encontrar** associações de interesses comuns, entropias ou valências que possam criar as sinergias que permitam **potenciar o actual uso** e cumprir um objectivo tão necessário como óbvio: **equilibrar mais com o mesmo**.

E se o objectivo principal for – como parece dever ser – **melhorar a qualidade dos atletas e aumentar o número de praticantes**, os equipamentos desportivos a desenvolver serão, naturalmente e na sua grande maioria, os pertencentes às redes **informais de proximidade e de base**.

Para o que, diz-nos também a experiência, será necessário estabelecer com clareza **regras que formatem a concepção dos equipamentos** e que impeçam o exagero e o desnecessário, que obriguem à redução de “gorduras” no edificado e que garantam, recorrendo às energias alternativas e renováveis, às reutilizações e reaproveitamentos, custos de exploração sustentáveis. Que exijam **o valor investimento e que rejeitem o desperdício!**

O que obriga à alteração de usos e costumes, baixando expectativas desadequadas ou desinceridas do meio, ignorando vaidades, derrubando preconceitos e usando a criatividade na busca de **soluções eficazes e multiplicadoras.**

Propósito só possível investindo na **realização dos programas, no tempo e prazo dado à concepção e exercício do projecto, na importância concedida à verificação da adequação das propostas às condicionantes energéticas, térmicas e ambientais**. Factores essenciais para um produto final sustentável e de necessária qualidade funcional e estética.

O EURO 2004 que foi – com excepção da derrota final que ainda hoje me causa engulhos – um momento grande do **espectáculo desportivo** em Portugal constituiu, de um ponto de vista da concepção de equipamentos desportivos, **uma oportunidade perdida**. Com excepção do Estádio do Algarve, nenhum dos outros **seis estádios** se preparou para o "dia seguinte" de uma exigência temporária de 30.000 lugares que as análises da procura, com excepção dos "três grandes", mostravam **claramente exagerada**. Perdendo a possibilidade de uso da **plasticidade conceptual** que garantisse a adaptabilidade a exigências correntes, os estádios não contribuíram para o fomento de uma **nova cultura de projecto e construção** e tornaram-se num **exemplo mais de desperdício**, numa clara desadaptação funcional com o esperado resultado à vista: a inexistência de espectadores suficientes, tornada marca dos custos diários permanentes.

O Estádio Olímpico de Sydney retirou, após as Olimpíadas de 2000, 40.000 lugares à sua lotação e colocou no exterior a sua pista de atletismo: **adaptou-se assim ao uso permanente que lhe está definido**. Barcelona recebeu os Campeonatos do Mundo de Natação e **adaptou** o seu multiusos S.Jordi, durante 10 dias, a uma piscina amovível de 50 metros. O nosso Pavilhão Atlântico, filho funcional do catalão, recebeu o Master de Ténis e os Mundiais de Atletismo de Pista Coberta em dois acontecimentos desportivos de grande envergadura mediática.

Ou seja: cada vez mais, em vez da realização de novas obras de difícil sustentabilidade futura, **se recorre a adaptações de existências** para responder aos grandes acontecimentos desportivos de elevado carácter mediático que terão o efémero como dominante… Tal qual como sabemos fazer com as nossas **feiras** ou **festas de verão**: criar, de um espaço vazio, a funcionalidade, a cor e a alegria necessários à sua transformação em **espaço organizado, atractivo e capaz de responder às exigências da função**. Mas garantindo sempre o retorno ao seu **uso diário**.

E se Portugal pretende continuar a **participar no movimento internacional** de espectáculos desportivos com as consequentes vantagens promocionais – elevação do estatuto da marca Portugal, atracção de turistas, etc. - também tem que perceber como os pode realizar sem criar pesos mortos que, não representando qualquer investimento económico ou desportivo, representarão apenas despesas permanentes. **Sorvendo dinheiro que faltará noutras áreas da prática desportiva**…

Por outro lado, os **Equipamentos Desportivos Especializados** devem resultar de necessidades evidentes e apoiar-se em programas **sustentados e sustentáveis** de prática desportiva. Aqui o factor decisivo será o aproveitamento ou promoção de **condições particulares** com criação de valor suficiente para atrair atletas de outros locais. De pouco servirá pensar **no aumento das vantagens do turismo internacional**, realizando equipamentos especializados que não criam, internacionalmente, valor. Os valores paisagísticos, naturais e climatéricos não são iguais ou equivalentes em todo o território e também não são adequados a todos os desportos. Mais uma vez e também aqui a diferença e a inovação cultural devem definir a intervenção. **Fazendo valer mais a inteligência do que o voluntarismo**.

Os **Equipamentos Desportivos Informais de Proximidade** são decisivos para garantir a possibilidade da **prática generalizada de actividades físico-desportivas.** Constituem a base material necessária para a responsabilização **cívica** da manutenção do corpo de cada um **em condições físicas saudáveis**.

Indo do pequeno espaço com tabela de basquetebol ou baliza mural até à ciclovia, circuito de manutenção ou espaços abertos de fruição múltipla, estes equipamentos, localizados nos **vazios dos espaços ou parques urbanos**, podem, se **apoiados** pela formação de **hábitos desportivos permanentes**, resolver, pela proximidade da utilização, a questão que se diz **mais impeditiva** da actividade físico-desportiva dos portugueses: **a falta de tempo**. Juntando ao desenvolvimento físico desta rede o complemento imaterial de programas que, pelo apoio, estruturação e distribuição, se mostrem de fácil percepção e utilidade, um passo decisivo poderá ser dado na diminuição da elevada **taxa de sedentarismo** dos portugueses.

...

Pela comunicação social percebemos que se realizam, em cada fim-de-semana, **centenas e centenas de jogos** desportivos competitivos espalhados por grande parte do território. Que milhares de atletas estiveram em acção a cada sábado ou domingo, deixando-nos a sensação de que, materialmente, aquilo que temos, chega. Que nada nos falta.

Mas falta.

E desta falta resultam aspectos perversos. Os poucos equipamentos desportivos que há, por serem insuficientes, são ocupados pelo desporto federado, **não permitindo a outros a sua utilização.** Ou, porque sendo pretensiosos, custam caro de mais para a sua utilização vulgar. Ou ainda, porque sendo desadequados nas dimensões e nos propósitos não garantem a polivalência e multifuncionalidade necessárias ao **uso simultâneo e diversificado**. Ou seja, sendo quantos sejam, não respondem aos objectivos pretendidos de possibilitar as actividades físico-desportivas à maioria da população.

Porque, no fundo, **pretendendo-se** como equipamentos desportivos de base, projectam-se em arremedos **de espectáculo** que lhes retiram virtualidades, aumentam custos e impedem, numa **subversão do seu valor social**, a sua plena utilização.

- Que fazer de **piscinas** de pés direitos exorbitantes para conter umas bancadas de dia de inauguração?
- Que fazer de **pavilhões** cuja área de público é superior à área desportiva útil?
- Ou para quê **pistas de atletismo** apenas necessárias para campeonatos mundiais ou europeus que nunca chegarão?
- Para quê **grandes campos de jogos** cheios de bancadas que nunca verão público?
- Ou porquê a caríssima manutenção de relva natural com a desculpa da queda de engenhos que se deslocam pelo ar?
- Ou porquê, espaços e tribunas VIP?

Para quê, enfim, o desperdício das gorduras que, pesando, não movem desportivamente o país?

Há, objectivamente, falta de equipamentos desportivos no território. Porque há assimetrias violentas. **Porque há inexistências**. Mas há também inúmeros equipamentos desadequados, gigantescos, sem utilidade ou sustentabilidade. **Sem mérito ou direito**. E que, sugando recursos, só servem uma finalidade: **aumentar as faltas!**

Porque a falta faz-se sentir num outro nível: em espaços que permitam o **treino e formação** necessários ao desenvolvimento da qualidade desportiva para melhoria competitiva das centenas de provas semanais. E que se cumpre com edifícios ou espaços **qualificados e simples**, permanentes e adequados na resposta aos níveis de **conforto** necessários em pavimentos, iluminação, acústica ou temperatura ambiente; com edifícios desportivamente **polivalentes**; **abertos** a qualquer grupo social; **utilizáveis** durante todo ano e capazes de suportar **frequências intensas**. E de custos baixos e sustentáveis: de construção e exploração.

De que necessitamos para aí chegar?

De regras. De estudo. De trabalho. De humildade.

De regras claras, definindo modelos, definindo as tipologias e os seus conteúdos físico-espaciais, térmicos e ambientais de acordo com os objectivos que se pretendam cumprir. Isto é: precisamos de princípios **a aplicar e aplicáveis** no contexto do território português.
De estudo, conhecendo outras experiências, transportando novos conhecimentos e aplicando novos saberes. **Copiando com inteligência**, mas copiando se necessário for.
De trabalho, preparando programas, desenvolvendo projectos, testando soluções, implementando acções de acordo com os objectivos traçados.
De humildade. Da humildade resultante da responsabilidade, esquecendo a obra-prima, o fogacho de pequenos poderes e estabelecendo o primado das pessoas, dando prioridade normativa à utência, ao bem-estar e ao desenvolvimento qualitativo da prática desportiva.

…
Tradicionalmente os Equipamentos Desportivos de Base são constituídos por Grandes Campos de Jogos, Pistas de Atletismo, Pavilhões, Salas Desportivas, Piscinas Cobertas e onde os espectadores não são parte essencial ou necessária. São, acima de tudo, locais de trabalho, de treino, de prática de actividades desportivas e físico-desportivas. Aqueles que, portanto, fazem parte do grupo que **estará em falta.**

Mas esta rede, por se relacionar naturalmente com a organização e localização da população no território, levanta uma questão complexa: **como articular oferta e procura?**

Recorrendo aos valores abstractos das dotações propostos pelo **Conselho da Europa** e procurar que o crescimento da construção de equipamentos possa atingir os níveis absolutos do equilíbrio … mesmo correndo o risco de permitir,

por desfasamento temporal, **novos desequilíbrios** que podem distorcer definitivamente a cobertura de oportunidades **OU**, por outro lado, partindo para **o conhecimento da composição da procura** e reequilibrando adequadamente?

A primeira hipótese, mais clássica, obrigará, num país com grande atraso na área dos equipamentos desportivos, **a um investimento enorme**, quase cego e insuportável na actual situação. E de resultados duvidosos para uma melhoria efectiva das práticas desportivas **porque desconectado** dos movimentos sociais e desportivos locais, municipais ou regionais. Isto é, as **obrigações físicas construtivas** imposta pelo modelo sobrepor-se-iam às reais necessidades e interesses desportivos das populações e da ocupação dos seus territórios.

A segunda hipótese, **mais realista**, parte do conhecimento da realidade, dos espaços e práticas existentes, dos interesses das populações sem resposta adequada, possibilitando assim uma intervenção onde o conhecimento da procura da população a servir, **será determinante** para a construção do planeamento da oferta, então já sustentada na massa crítica territorial.

Este tipo de intervenção, que parece adaptar-se melhor à realidade Portugal, cria também e por outro lado, **novas dificuldades** a resolver:

- como articular, por exemplo, o **espaço Escola e os seus programas curriculares** com as existências locais de equipamentos, suas valências e horários?
- como gerir as relações?
- como estabelecer as relações supra-locais, municipais ou supra-municipais por forma a garantir **acessibilidades sem dificuldades**?
- como responder à novidade ou à **mudança**?

Em resumo. **Como encontrar linhas de rumo** que não permitam cometer os mesmos erros de sempre:

- **obras magestáticas e megalómanas** sem utilidade evidente;
- erros de **dimensão e programação**;
- dificuldade criativa na adopção de novos conteúdos e actividades, de **novos materiais**, de novas condições de segurança e higiene, de **novas soluções**?
- como adaptar o quadro, legal, normativo e processual a **novos tipos de concepção ou a visões construtivas mais pragmáticas e mais sustentáveis?**

…

Partindo do princípio que seremos capazes de **estabelecer e estabilizar os objectivos** que pretendemos para o desenvolvimento do Desporto português e que com eles seremos também capazes de definir a **estratégia** que deverá relacionar Equipamentos Desportivos e Território de maneira a **garantir um aumento substancial da prática e actividade desportiva**, o problema maior residirá na questão-chave do processo:

- **como garantir os meios e as capacidades que colocarão a estratégia em acção?**

…

Nesta sessão de **Abertura do Congresso do Desporto** tive como principal preocupação e no tema que me foi proposto, enquadrar e tentar articular as relações entre duas componentes complexas: uma, o Território, **de enorme plasticidade, variabilidade e capacidade de interacção múltipla**; outra, os Equipamentos Desportivos, **multifacetada, multifuncional e preferencialmente adaptável**.

Mais do que soluções fechadas, pretendi, deixando ideias ou fazendo perguntas, abrir portas – algumas delas **bem conhecidas, mas pouco utilizadas** – e, principalmente, balizar o espaço das discussões subsequentes no tempo do tema essencial:

- **como queremos o nosso futuro colectivo na área do Desporto?**

A continuação deste Congresso, as diversas intervenções e contributos que se seguirão, trarão, com certeza, respostas a esta preocupação que penso ter deixado clara ao longo desta intervenção.

Conhecendo nós o **porquê do fazer**, havendo noções razoavelmente claras e empíricas sobre **o que fazer?**, deveremos agora e nos próximos dois meses — percebendo as relações interterritoriais, procurando novas parecerias, novos modelos e tipologias de equipamentos e partilhando saberes — aceitar **o desafio** de fazer **ressaltar** a preocupação maior de **como fazer**? De forma tão objectiva quanto nos seja possível.

Congresso do Desporto
Sessão de Abertura,
Matosinhos, Exponor
12 de Dezembro de 2005